

Exercício profissional**Sub-registro: uma demanda para o Serviço Social**

De acordo com informações do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil foram contabilizados cerca de 600 mil crianças sem certidão de nascimento. O estado do Rio de Janeiro registrou aproximadamente 28 mil notificações de sub-registro no mesmo período. Apesar dos números elevados, o documento do IBGE revela que a situação em cada unidade federativa pode ser ainda pior. Felizmente, a cada ano esses dados sofrem queda.

Em setembro de 2014, a parceria entre as assistentes sociais Cristiane Drillard (do Hospital Pedro Alcântara - HPA) e Luciana Silva de Sá Henriques (da Associação Espírita Obreiros do Bem- AEOB), instituição mantenedora do HPA, se depararam com essa realidade ao iniciar o trabalho com 61 mulheres com transtornos mentais internadas na unidade. "A nossa inserção aqui se dá praticamente juntas. A Cristiane veio para cobrir férias e permaneceu na instituição compondo a equipe multidisciplinar e eu vim para compor o projeto da Associação [AEOB]. A proposta do núcleo de assistência social é dar apoio ao trabalho da equipe de Serviço Social do HPA. No entanto, quando chegamos aqui percebemos que o trabalho não estava sistematizado na unidade, nem tão pouco existia projeto de intervenção. Chegamos aqui e construímos o caminho a partir do zero", relembra Luciana.

A partir desse ponto, as assistentes sociais buscaram construir informações sobre a história das 61 mulheres internadas na instituição.

"Nesse momento começamos a construir algumas frentes: quem tinha família, quais eram os documentos das usuárias e há quanto tempo estavam internadas. Em um primeiro momento, isso nos serviu de norte para demandarmos qual caminho estaríamos percorrendo com esse trabalho. Durante essa etapa



"Começamos a buscar os caminhos fora dos muros da instituição"

Luciana Henriques

encontramos 17 mulheres sem qualquer tipo de documentação, ou seja, sem existência oficial", relata Cristiane.

Sem identificação civil, direitos restritos

Logo surgiu a indagação sobre o que fazer com as informações apuradas. Para as assistentes sociais uma das etapas importantes desse processo foi o encontro com uma colega de profissão que já acompanhava a instituição através de outro órgão. Assim, no final de 2014, Andreia Pequeno fez o convite para que ambas participassem do Grupo de Trabalho (GT) Pessoa Idosa com Transtorno Mental, no Tribunal de Justiça. Ali iniciava a articulação com outros órgãos na busca da retirada de documentação gratuita para as usuárias.

"Por se tratar de uma instituição filantrópica sabíamos que para acessar a solicitação de documentação não seria nada fácil. Como vamos tirar esses documentos? Porque sem documentação, não há como acessar diversos benefícios. A partir desses espaços de discussões passamos a encontrar os caminhos para garantir a gratuidade na retirada da certidão de nascimento", relembra Luciana.

Cristiane comenta que o primeiro contato com órgão público não terminou com êxito.

"E quando não tivemos a primeira resposta, entramos em contato com outra instituição, mas obtivemos a resposta de que não haveria vaga para retirada de documentos com gratuidade. Sentamos e pensamos: o que fazemos?"

"No GT, percebemos que existiam outras instituições no mesmo caminho, à procura de documentação para seus usuários. Começamos a frequentar outros grupos de trabalhos dentro da temática de saúde mental e abrir novas possibilidades. Dentro desses espaços de debates descobrimos pessoas e construímos diálogos, um caminho para rede", acrescentou Cristiane.

Apesar das dificuldades

Enquanto as frentes de trabalho eram abertas, Cristiane e Luciana construíram um banco de dados com fotos das usuárias e o mapeamento com as informações colhidas. Quando uma mulher é transferida para a instituição nem sempre aquele nome que ela entra na unidade é o seu nome de registro.

"Com a lista que fizemos realizamos uma parceria com a Delegacia de Descoberta de

Paradeiros. Na ocasião levamos um nome para entender como funcionava o acesso às informações. Acharmos, através do sistema da delegacia, um possível familiar envolvido numa ocorrência de acidente de trânsito. Ali acabávamos de encontrar uma possível referência familiar de uma usuária que estava há quase três anos sem receber visita. Ela já vinha de um processo de transinstitucionalização de outra clínica. Nesse momento nossos olhos brilharam e dissemos: estamos no caminho! A partir daí colocamos cada mulher na planilha considerando sempre a história dela. O Serviço Social passou a ter parceiros e uma rotina de trabalho, sistematizando o cotidiano do nosso trabalho”, detalha Luciana.

O Detran, através do serviço de papiloscopia, também foi um importante parceiro na construção do projeto desenvolvido pelas assistentes sociais. “O sistema mostra se a pessoa tem qualquer tipo de documento: identidade, certidão de nascimento, o livro, a folha e até o endereço. Também descobrimos a possibilidade da gratuidade nos cartórios. Em todas as parcerias, visitamos e formalizamos todos os trâmites”, afirma Cristiane.

A solidificação do trabalho

“O GT de documentação foi um lugar importantíssimo porque percebemos que era preciso construir uma rede através do espaço em que estávamos. Começamos a buscar os

**“No GT,
percebemos que
existiam outras
instituições no
mesmo caminho”**

Cristiane Drillard



caminhos fora dos muros da instituição. Foram seis meses para fixar uma rotina do Serviço Social. Estamos falando de mulheres, de pessoas que em algum momento precisamos situar dentro da área programática para que tivessem acesso aos serviços de outros lugares. Quando nós estávamos lá fora, estávamos falando sobre a Joana, a Severina, a Maria. Essa mulher tem nome, não é um prontuário, um número. Elas têm rosto, sentimentos, desejos”, dispara Luciana.

De acordo com as assistentes sociais,

dentro do HPA o trabalho desenvolvido começou a chamar a atenção das usuárias.

“Quando elas descobrem que o Serviço Social começa a dar respostas às demandas, chega uma enxurrada de demandas das próprias usuárias. Ao final de 2015, tínhamos o acompanhamento de 15 usuárias, desde retirada de documentos, retorno familiar, residência terapêutica. Durante um ano foram várias intervenções, visitas domiciliares, telegramas, ou seja, os dispositivos possíveis. Conseguimos que 11 mulheres retornassem ao convívio familiar. Dentre elas uma mulher que ficou institucionalizada no HPA por 14 anos que retornou para sua família e é acompanhada pelo CAPS” concluem.

GRESS no Comitê de Sub-registro

O Comitê Estadual de Combate ao Sub-registro Civil e Acesso Ampliado à Documentação Básica, ligado à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, reúne diversas entidades, governamentais e não-governamentais, para pensar políticas públicas e ações de enfrentamento ao sub-registro civil (fenômeno que acomete grande parte da população infanto-juvenil, idosa e adulta, em especial pessoas com transtorno mental, população carcerária ou em situação de rua). Atualmente o GRESS é representado no Comitê pela assistente social de base Ulara Silva.

Alguns segmentos populacionais, como vítimas de desastres socioambientais, população em situação de rua, crianças e adolescentes em entidades de acolhimento, adultos privados de liberdade e internos de instituições psiquiátricas e de instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) são alguns dos principais alvos de preocupações deste Comitê.

